

**DOSSIÊ:  
CULTURA, CIDADE  
E TRABALHO**



## NARRATIVAS DE EMPOBRECIMENTO E “INCLUSÃO SOCIAL” NA CIDADE (UBERLÂNDIA 1990-2004)\*

*Sérgio Paulo Morais\*\**

**RESUMO:** Neste texto entrevisto beneficiários de programas sociais e busco significados e interpretações de pobreza e do viver na cidade. Examinado, por meio de narrativas, tensões e relações firmadas com religiosos, doadores e agentes do serviço público, traduzidas em modos de comportamento, em expectativas quanto ao futuro e em organizações de enredos que “justificavam” (e justificam) os recebimentos dos benefícios Bolsa Escola, Renda Cidadã e Vale-Gás, dentre outros.

**PALAVRAS-CHAVE:** Narrativas orais. Modos de vida. Empobrecimento. Uberlândia.

**ABSTRACT:** In this text I interview beneficiaries of social programs and I search meanings and interpretations of poverty and live in the city. I examine narratives, tensions and relations signed with religious, donators and Public Service Staffs, phenomena which are translated into behavior modes, into expectation about the future and story organizations that “justified” (and justify) the receipt of benefits “Bolsa-Escola”, “Renda Cidadã” (Citizens Income), Vale-gas (Tickets for waste gas), among others.

**KEYWORDS:** Oral narratives, Ways of life, Impoverishment, Uberlandia.

---

\* Texto desenvolvido a partir da pesquisa: Empobrecimento e “inclusão social”: vida urbana e pobreza na cidade de Uberlândia (1980-2004), defendida como tese de doutoramento na PUC/SP (2007), sob a orientação da Prof.<sup>a</sup> Doutora Yara Aun Khoury.

\*\* Professor Adjunto da Universidade Federal de Uberlândia (Curso de História — FACIP/ Campus do Pontal/ Ituiutaba).

A permanência, a moradia, o trabalho e a vida de pessoas consideradas pobres na cidade de Uberlândia têm motivado a preocupação e a intervenção de diversas instâncias sociais, políticas e culturais locais. Muitos agentes sociais contribuíram e contribuem ainda para a elaboração de esclarecimentos e de planos de ação sobre a pobreza, tentando educar, conscientizar e, até mesmo, politizar os sujeitos em situação de miséria e carência.

Este estudo especifica a pobreza na cidade de Uberlândia, em um determinado período histórico de “empobrecimento”. Ao longo do debate, espero mostrar que as questões em torno das políticas públicas possuíram um chão social específico, com desenvolvimento circunscrito a relações determinadas de vida em Uberlândia.

Em fevereiro de 2002, 6.789 famílias (cerca de 11 mil crianças) estavam cadastradas nessa cidade e começaram a receber R\$15,00 por aluno freqüente nas escolas públicas da cidade<sup>1</sup>. Recebiam também, em mesma quantia, o “Vale-Gás”, pois o cadastro do primeiro era utilizado para organizar o pagamento do segundo.

Dados atuais mostram que cerca de 6 mil cestas do Pró-Pão<sup>2</sup>

---

<sup>1</sup> A Bolsa-Escola foi “[...] criada pela Medida Provisória 2.140, de 13 de fevereiro de 2001, aprovado pelo Congresso Nacional em 27 de março e sancionado pelo presidente da República, Fernando Henrique Cardoso, através da Lei 10.219, de 11 de abril de 2001” [...] “O universo de atuação da Secretaria do Programa Nacional de Bolsa Escola foi delineado a partir da constatação de que o Brasil tem hoje cerca de dez milhões de famílias que vivem com renda de até ½ salário mínimo mensal per capita. Em conjunto, essas famílias abrigam cerca de onze milhões de crianças na faixa etária de seis a quinze anos”. Ver: <<http://www.mec.gov.br/home/bolsaesc/default.shtm>>, consultado em 12/08/2002. “Com o aumento de recursos, a Bolsa Escola poderá atender, em 2001, a praticamente todas essas crianças. O programa pretende chegar a 10,7 milhões de crianças e adolescentes de seis a quinze anos e a 5,9 milhões de famílias”. Segundo informações obtidas no site, em Uberlândia 6.789 famílias eram atendidas pelo programa Bolsa-Escola (em 2002).

<sup>2</sup> O Pró-Pão é “um programa cujo objetivo é proporcionar às famílias carentes que residem no Município de Uberlândia a possibilidade de adquirir mensalmente uma cesta contendo produtos básicos a preço subsidiado; este subsí-

são fornecidas para as famílias credenciadas<sup>3</sup>. Em setembro do ano de 2003, 1.975 pessoas com renda mensal inferior a dois salários mínimos e consumo menor do que 20 mil litros de água/mês foram beneficiadas pela “Tarifa Social”<sup>4</sup>.

Desde maio de 2004, 3,7 mil famílias recebem em Uberlândia uma “Renda Cidadã”, cujas regras foram apresentadas pelo Jornal Correio da seguinte forma,

[...] para participar do Renda Cidadã, as famílias devem atender alguns requisitos, tais como renda familiar per capita de até meio salário mínimo, ter domicílio eleitoral na cidade e manter as crianças e adolescentes na escola. Cada família receberá R\$ 50,00 mensais. A Lei prevê ainda que as famílias que tiverem crianças, ou idosos ou portadores de deficiência poderão receber R\$ 20,00 a mais para cada membro, desde que não ultrapasse o valor máximo de R\$ 110,00.<sup>5</sup>

---

dio vai até 20% (vinte por cento) do valor da cesta”. Ver: <<http://www.uberlândia.mg.gov.br>> pesquisado em 29/09/2002. Ver MORAIS, S. P. 2007, op cit, principalmente Capítulo 2.

<sup>3</sup> Ver: <[http://www2.uberlândia.mg.gov.br/pmu/site.do?evento=x&lang=pt\\_BR&taxp=32&pg=10&idConteudo=2294](http://www2.uberlândia.mg.gov.br/pmu/site.do?evento=x&lang=pt_BR&taxp=32&pg=10&idConteudo=2294)>, pesquisado em 25/02/2007.

<sup>4</sup> “O projeto, votado no dia 10 de março deste ano, dá direito à isenção da conta de água a famílias com renda até dois salários mínimos que possuam apenas um imóvel e que o consumo seja inferior a 20 mil litros de água por mês. O benefício é válido por 12 meses. [...] O diretor do Departamento Municipal de Água e Esgoto (DMAE), Renato Celso de Freitas, explica que a pessoa cadastrada pode perder o benefício se ultrapassar o consumo permitido duas vezes consecutivas ou três alternadas. O atraso no pagamento de tarifas pode provocar o cancelamento. Ele lembrou que os outros serviços oferecidos pelo órgão, como a ligação de água e outros, são pagos a parte. O cadastro para desfrutar da Tarifa Social é feito pela Secretaria de Desenvolvimento Social, e a análise pelo DMAE. (Os critérios de escolha das pessoas a serem beneficiadas foram baseados na pesquisa socioeconômica, realizada pela Universidade Federal de Uberlândia (UFU) a pedido da Prefeitura). [...] Os interessados devem apresentar os seguintes documentos: três últimas contas de água, carteira de trabalho, carteira de identidade, Cadastro de Pessoa Física (CPF), comprovante de renda e comprovante de aluguel.” FRANCIS, Fabrício. Tarifa Social beneficia quase duas mil famílias. *Jornal Correio*: 2/09/2003. p. B3.

<sup>5</sup> Renda Cidadã atenderá 3,7 mil famílias. *Jornal Correio*: 16/03/2004, p. B3. “A

Os principais “passaportes” para os programas diziam (e ainda dizem) respeito à comprovação de trabalho, com relevância a uma baixa renda salarial, à moradia fixa e não recente na cidade, entre outros<sup>6</sup>.

As narrativas orais, tanto quanto as reportagens, fotos e textos criados pelo jornal, revelaram formas encontradas pelos que recebiam verbas públicas para lidar com os considerados de outras categorias. Analisando estas diferenças, caberia a concepção de classe social para uma situação em que os membros não sinalizaram, ou pareciam não sinalizar, ações e práticas em comum?

Os modos de narrar apresentaram dimensões que colocariam tais sujeitos em ambiências de classe, se for esta compreendida como uma “*relação*”<sup>7</sup>. Vistas por este aspecto, as demais entrevistas evocaram diversas justificativas para tratar de situações vividas pelos sujeitos sociais, o que indicava ser esta uma atitude recorrente aos que enfrentavam o contato e o diálogo com membros de outras classes.

---

receita destinada ao programa é proveniente do próprio orçamento, bem como de repasse da União, Estado e outras contribuições”. A 3,7 mil famílias receberam verba do “Renda Cidadã”. *Jornal Correio*: 21/05/2004, p. B2. O programa foi criado no mais recente governo do peemedebista Zaire Rezende (2001-2004).

<sup>6</sup> Para se ter direito à “Renda Cidadã”, por exemplo, eram exigidos os seguintes documentos: “*Carteira de Identidade (cópia e original); CPF (cópia e original); Título de eleitor ou protocolo de inscrição ou transferência (cópia e original); Comprovante atual de renda de todos da casa que trabalhavam (contra-cheque, recibo ou declaração) e também extrato bancário dos benefícios sociais recebido (BCP, Bolsa Escola, Bolsa Alimentação, Bolsa Família, Vale Gás, PETI) — (cópia e original); Última conta de água (cópia e original); Carteira de trabalho de todos na casa maiores de 16 anos (original); Certidão de nascimento de todos os menores de 18 anos (original); Último recibo de aluguel ou comprovante de financiamento (original)*”. *Jornal Correio*: 16/03/2004. op. cit. p. B3.

<sup>7</sup> Justificada por E. P. Thompson em: THOMPSON. E. P. 1987. *A Formação da Classe Operária Inglesa*. 3 volumes, Trad. Denise Bottmann, Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987. vol.2, pp. 9-14.

Quase todas as pessoas entrevistadas para este texto, além de se encontrarem em condições que permitiriam a entrada nos programas, precisavam manter os filhos ou netos nas escolas, comparecer a reuniões, receber visitas de assistentes sociais, etc. Estavam, portanto, em permanente contato com instituições e categorias que observavam os cumprimentos das regras estabelecidas e mudanças nas condições sociais; com poderes de indicar o corte de benefícios.

Em 2004, ocorreu um processo de atualização do cadastro das famílias que recebiam recursos dos programas sociais, devido à implantação da Renda Cidadã. De acordo com o Jornal Correo:

O recadastramento das famílias é feito no Centro de Bairro Lagoinha, para atender os moradores dos setores sul, centro e norte; mas, também, acontecerá no Centro de Bairro 1º de Maio para atender aos setores leste e oeste. As famílias foram comunicadas do recadastramento por meio de uma carta, na qual constam todas as informações e documentos necessários. Os cadastros aprovados serão encaminhados para a Caixa Econômica Federal para a confecção do cartão magnético, com o qual a pessoa poderá retirar o dinheiro. De acordo com a lei, o cartão será confeccionado no nome da mulher e, na sua falta, a quem tiver a responsabilidade do poder familiar. A Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social possui um cadastro com aproximadamente 12 mil nomes. De acordo com o secretário da pasta, João Eduardo Máscia, a reavaliação do cadastro é importante para a confirmação dos dados, mesmo porque algumas famílias podem ter mudado de condição social e não preencher os requisitos exigidos dos benefícios.<sup>8</sup>

As entrevistas com beneficiários coincidiram com este período de recadastramento. Em minha percepção, tal “coincidência” fez com que as pessoas priorizassem, em suas falas, “justificati-

---

<sup>8</sup> *idem*.

vas” para o recebimento de políticas sociais e revelou relações políticas presentificadas e campos de força conflituosos, que contribuíram para transformar as noções de pobreza, de cidade e de vida em Uberlândia nos últimos anos.

Os entrevistados demonstraram meios e mecanismos para trabalhar com elementos culturais difusos na realidade vivida que, de modo geral, eram organizados através de práticas, narrativas e discursos propagados por religiosos, agente públicos e pela própria imprensa.

A pesquisa empírica destacou, por exemplo, uma maneira radicalizada (mas, ao mesmo tempo, bastante particular) de lidar com as caricaturas e interpretações que colocavam os pobres retratados no jornalismo local como famintos<sup>9</sup>. Ao buscar pessoas entrevistadas pela imprensa, com a intenção de conseguir meios de contato com os sujeitos, liguei para a redação do *Jornal Correio* a fim de conseguir o endereço de Ilma da Silva, que servia sopa para moradores do Bairro Joana D’Arc.

Tratava-se de uma empregada doméstica que, segundo o Jornal, “garantia a alimentação” de 150 pessoas no Joana D’Arc, bairro no qual era moradora. A matéria trazia uma chamada de 15 linhas na primeira página, com o subtítulo “bom exemplo”, acompanhada por uma foto colorida (13x17,5) de uma criança sendo alimentada. Na legenda encontravam-se os seguintes dizeres: “*SOPÃO Crianças do Joana D’Arc têm alimentação graças ao trabalho de voluntários*”<sup>10</sup>.

Na página B3 uma foto (16x19,5) mostrava uma jovem que esboçava um sorriso discreto, outra que assoprava uma colher, enquanto uma terceira de olhos fechados e cabeça baixa apresentava-se de maneira tímida. Naquele ano o projeto era desenvolvido por “*um grupo religioso denominado Consórcio do Bem*”<sup>11</sup>.

---

<sup>9</sup> Ver Moraes, s. p. Empobrecimento e Inclusão Social: vida urbana e pobreza na cidade de Uberlândia (1980-2004), op cit, principalmente Capítulo 2.

<sup>10</sup> SILVA, Selma. Doméstica alivia fome de 150 pessoas da periferia. *Jornal Correio*: 30/03/2004, p. A1. Foto atribuída a Dorival Dias.

<sup>11</sup> idem.



Na matéria apareciam outros personagens, tais como a desempregada Maria Lúcia Estevam, casada, com o marido também desempregado, mãe de duas crianças de 2 e 6 anos, que, segundo o registrado no jornal, *com[ia] o que ganha[va]*, ou Maria Elza dos Santos, *assídua no barraco* de Ilma da Silva e que *também depende de doação*; dizia que *a sopa muitas vezes [era] a única opção para o jantar*<sup>12</sup>.

Visitei Ilma no dia 3 de abril de 2004 e me apresentei como um historiador que fazia pesquisa sobre os programas sociais do município e que, após a leitura do jornal, havia me interessado pela ação que ela desenvolvia.

Prontamente, ela me perguntou se o estudo seria apresentado em algum órgão de imprensa e se eu tinha algum contato com a repórter Selma Silva, responsável pela reportagem, e completou dizendo que algumas pessoas ficaram bastante insatisfeitas, chegando a rasgar o jornal na porta do “barraco” onde era servida a sopa. Disse que houve um exagero, e que as meninas apresentadas na reportagem disseram a ela: *tia eu não estou passando fome*<sup>13</sup>.

A destruição do jornal poderia apresentar sinais dos condicionamentos vividos por aquelas pessoas. Um destes dizia respeito àquilo que os programas públicos visavam combater na cidade de Uberlândia: a presença de miseráveis vindos de regiões diversas e que cometiam crimes e mendicância na cidade.

A entrevista realizada com José Ribeiro Filho mostrou pressões vividas por pessoas que estavam em difíceis condições de sobrevivência. O conheci através de uma assistente social que atendia, no serviço público do município, crianças vítimas de violência. A relação entre os dois foi estabelecida por meio de denúncias de maus tratos do entrevistado com seus filhos.

Na ocasião da entrevista, José Ribeiro morava no Bairro Dom Almir, com uma filha e um filho, em uma casa de dois cômodos

---

<sup>12</sup> *idem*.

<sup>13</sup> MORAIS, S. P. Caderno de anotações. Sem número de páginas. Data da anotação: 03/04/2004.

com divisões de madeira, a sala e a cozinha faziam parte de um módulo, enquanto um outro compartimento servia de quarto. A moradia se assemelhava às barracas feitas no período de ocupação do bairro. Sua condição se distinguia dos demais entrevistados, pois era uma pessoa cuja única renda provinha da “Bolsa-Escola”<sup>14</sup>.

A narrativa demonstrava ansiedade com a obtenção de alimento e, também, um difícil relacionamento com o filho mais novo que, segundo o entrevistado, tinha problemas de disciplina na escola.

Sérgio Paulo: — O que tá acontecendo... senhor José?

José Ribeiro: — Ah, não tem serviço, né?! Eu sô sozinho com um casal de menino, o menino tá me dando muito trabalho em escola. Tenho raiado muito com ele, hoje mesmo tornei a falar com ele, ontem eu telefonei pra uma menina minha lá embaixo na cidade, uma casada, eu vou entrar em cena na justiça aqui vê se eu tiro ele de Uberlândia e mandar pra fora, porque não tá obedecendo ninguém no colégio e nem aqui na Casa do Caminho, porque eu ponho em duas escolas pra não ficar jogado na rua, né?! Estuda de manhã no colégio de sete às onze e meia, depois vem pra casa almoçar, uma hora vai pra Casa do Caminho que é outra escolinha... a menina já não vai porque a menina... tá na oitava, né?! [...] faz tempo que eu parei de raiá, tem tempo, que num bato, batia muito... tanto os professor, diretor do colégio, daqui da Casa do Caminho, falava pra mim... “não o senhor pára de batê, vai com conselho, não raia, não castiga”... essas coisas tudo eu ando fazendo, mas não tá adiantano né... não tá adiantando... então eu quero que ele aprende pra num ficá igual tá eu, porque se eu tivesse leitura eu não tava aqui no sofrimento. Criei sozinho, sem mãe, agora em dezembro vai fazer dez anos, o menino tá com doze e a menina vai fazer catorze, eu criei sozinho, e vai fazer dez anos. Graças a Deus o arrozinho com feijão tem comido e agora eu tô passando

---

<sup>14</sup> Fato que contrariava as regras daquele benefício.

dificuldade que eu nunca passei o que eu tô passando. Falta. [...] Agora a menina acabou de fazer um almoçozinho pra nós hoje e falou, “pai não tem uma gota de óleo pra janta”, olha, faz na água e sal, tinha uma menina colega de escola dela aqui, destapou a rir, mas na água e sal seu José? Ué que eu vou fazer? Eu não tenho dinheiro, não tô trabaiano, não acho serviço... né... eu ando passando dificuldade né...<sup>15</sup>

Revelada pelo termo “falta”, a interpretação sobre risco de passar fome imbricou-se em temáticas diversas que variavam entre a criação dos filhos, a falta de emprego e a pouca escolaridade do próprio entrevistado.

Como beneficiado da Bolsa-Escola, José Ribeiro apresentou duas visões sobre a importância do ensino formal na vida dos pobres. Com relação a si mesmo, o entrevistado lamentava não ter tido a oportunidade de estudar: “*se eu tivesse leitura não estava no sofrimento*”.

A relação do filho com a escola era vista dentro de outra dinâmica. José Ribeiro tentava evitar que o menino ficasse “*jogado na rua*” mantendo-o em duas “escolas”. Assim, respeitava uma percepção que determinava à escola a função de precaver crimes, uso de drogas, entre outros. A estratégia utilizada pelo narrador consistia em não contrariar o ponto de vista dominante que associava periferia e violência; ele se coloca como um agente de prevenção, um cidadão atento aos seus deveres sociais.

Apresentou-se como um pai que educava sozinho os filhos, porém realizava esta tarefa a partir de normas aprendidas nos programas de televisão e rádio, nos conselhos das assistentes, através das orientadoras educacionais, dos doadores, dos advogados e dos juizes (com os quais havia *entrado em cena*)<sup>16</sup>.

De acordo com o narrador, os pactos firmados mais particularmente com a assistência social estavam sendo respeitados, uma

---

<sup>15</sup> José Ribeiro Filho. Uberlândia, 07 de maio de 2004. d

<sup>16</sup> idem.

vez que o entrevistado dizia não mais bater no filho. Em outros momentos da fala destacou-se, também, uma incessante defesa de uma “ética”, a qual ele dizia seguir.

José Ribeiro não consumia bebidas alcoólicas, a não ser quando um primo o convidava para comer um churrasco, ou uma galinhada.

... É... nem com esse incentivo do Bolsa Escola, mas diz ele que eu sou um cara, como diz o outro, que eu não esbanjo que eu não sou de beber. Lá por acaso quando de vez em quando que eu bebo uma cervejinha com um primo segundo meu, ele vem aqui ou leva pra casa dele, lá nós vai comê uma carne assada ou faz uma galinhada, nós joga um truquinho, aí as vez eu bebo uma cervejinha nesse momento. Ao contrário de eu sair daqui e ir lá num barzinho e beber uma cerveja ou uma dose de pinga ou qualquer coisa que depende de bebida a álcool.<sup>17</sup>

Não apostava em jogos:

José Ribeiro: — É, não tenho mais nada. A não ser Deus... pra mim Deus e depois esse Bolsa Escola, se não fosse essa bolsa escola, não saberia como é que tava.

Sérgio Paulo: — O senhor compra comida com a Bolsa Escola? O que o senhor faz?

José Ribeiro: — Compro comida, compro algum objeto quando precisa, quando não precisa de objeto uso pra dentro de casa mesmo, né? Como diz o outro é pra dentro de casa mesmo... Eu sou um cara, como diz o outro, não sou bebedor, não sou jogador, eu gosto de um jogo assim...joga baralho, mas tudo brincadeira, ir num vizinho, brinca aí um truco, essas coisas, uma caixeta, um pife, um vinte e um, um trinta, um trinta e um, uma baralhada, essas coisas,

---

<sup>17</sup> Esta observação ocorre após conversarmos sobre o filho mais novo; eu argumentava que se ele fosse embora, o senhor José deixaria de receber a Bolsa Escola. Perguntei: “... e assim, mas ele indo... ele tem o Bolsa Escola também e não vai ser ruim para o senhor também, senhor José?” idem.

as vez aqui em casa aparece alguém nois brinca... mais brinque-do... jogá a dinheiro eu nunca joguei dez centavos e nem jogo, porque eu não tenho nada a jogá, né... só se joga a vida... minha, que já tá no fim mesmo...<sup>18</sup>

Não roubava *um palito de dente dos outros*, não perturbava os vizinhos, não era promíscuo, como ele acreditava ser a *mãe dos meninos*, tinha ótimas relações com advogados, com pessoas que trabalhavam na Prefeitura e com parentes que tinham dinheiro tal como o irmão Lourenço. Tudo minuciosamente dito sem perguntas, ou interpelações de minha parte.

Por meio da televisão o narrador se informava sobre direitos. Após uma extensa fala sobre a audiência em que a ex-esposa adquiriu permissão judicial para visitar os filhos nos finais de semana, José Ribeiro citou o programa de reportagem policial “Chumbo Grosso”, dizendo:

Eu sei que existe lei de mexer com ela pra ela dá pensão aos meninos, porque tem lei pra isso, o homem dá pensão e a mulher também dá pensão. Ainda hoje eu vi no Chumbo Grosso de manhã, mas nunca mexi pra mim não ter dor de cabeça, como diz o outro, se vai fazê dez anos ele nunca ficou sem comer, vou largá ela pro lado né, pra mim não ter mais tanta raiva, não ter dor de cabeça sobre isso, mas eu sei que se eu mexer eu ganho, eu ganho né porque tem lei pra isso.<sup>19</sup>

Mesmo dizendo seguir os direcionamentos e as regras sociais constituídas, tanto em torno das políticas públicas, quanto no interior de relações sociais vividas, José Ribeiro passava “falta”.

Os significados “imaginários e simbólicos” atribuídos à realidade histórica vivenciada pelo narrador na cidade de Uberlândia apontaram nuances e fatos que julgava ter levado-o àquela condi-

---

<sup>18</sup> José Ribeiro Filho. Uberlândia, 07 de maio de 2004.

<sup>19</sup> idem.

ção social<sup>20</sup>. Além do desemprego, da falta de estudo e de ter sido abandonado pela esposa, a condição de sua saúde se destacava em suas interpretações.

Sobre este tema:

Ainda ando aconselhando o menino ainda, ralho muito com ele, muita coisa que meu pai passou eu já ando passando né. Nós temo um problema de família de gente cardíaco, que do lado do finado meu pai era treze e já foi nove... repetido... por derradeiro, no final foi meu pai com um prato de almoço na mão. Do lado da minha mãe era nove já foi quatro... tudo repetido, e o mesmo que meu pai sofria eu sofro, só que nunca consultei, nem nada. Um irmão meu legítimo que trabalhava no INPS tem pelejado comigo pra ir lá pra podê tirar um eletro, eu nunca fiz e eu falo pra ele que nem quero porque o médico deu muito repouso final pro meu pai e agora pra mim que crio dois menino sozinho e Deus eu não tenho jeito de guardar repouso, porque chego lá vou tirar um eletro e você tá com esse problema, assim e assim, o repouso seu é esse e coisa e tal, é isso e aquilo. E você não pode fazer isso, não pode fazer aquilo. Eu não trabalhando por causa da idade, sou considerado aleijado de uma perna, e tenho vários problemas, tenho [...] tenho o golfo fechado, eu como é bebendo água, até uma sopa que eu ganhá de qualquer uma pessoa aí da rua, se não tiver água, eu não como, né. E como é que eu vou guardar repouso com um casal de menino menor? E a não ser Deus e o povo que me ajuda... [...] Não quer dizer que eu tô sentindo dor, uma pontada, formigamento, essas coisas não, né. Problema eu tô sentindo, inchá os pé, desinchá os pé, passa uns três dias inchava a maminha esquerda e dava esses negócio nos braços, né... e dava essas mancha desse jeito [...] meio de vermelho assim, tá vendo?

Sérgio Paulo: — Sei...

José Ribeiro: — E nos dois braços... Tipo que dá um dá no outro,

---

<sup>20</sup> Ver discussão sobre significados “imaginários e simbólicos” e/ou como “realidades históricas”, em: KHOURY, Y. A. *Narrativas orais na investigação da História Social*. Projeto História. n. 22. EDUC, SP. Junho 2001. p.79-103.

só daqui a aqui. Aí vai levantando os carocinhos, essas manchinhas de vermelho ce vê eles levantando os carocinho, depois aquilo resseca eu... passo a mão assim sem coçá com a unha e esfarela tudo né. Irrita essas manchinhas, ai ó.<sup>21</sup>

O estado de saúde precedia, em certos momentos da narrativa, a relação de José Ribeiro com trabalho, ou com o próprio desemprego. Mas, quais sentidos poderiam ser apreendidos desta situação “particular”?

Muitas experiências sociais ocorreram nos últimos 30 anos e afetaram os trabalhadores pobres da cidade. Entre elas destacaram-se a luta pela permanência e pela ocupação de solo urbano, a criação de programas de nutrição, as perspectivas colocadas pelas “Campanhas” de combate à fome e a introdução de regras para benefícios sociais e políticas públicas<sup>22</sup>.

Estas experiências foram suficientes par que aqueles que passaram a ser beneficiados pelas políticas públicas, instituíssem modos de relacionamento e de comunicação com as outras categorias que geriam e divulgavam as normas que deveriam ser seguidas.

Os entrevistados nos possibilitaram perceber como o tema da saúde havia se tornado uma forma específica de comunicação entre os que recebiam benefícios e os que estavam em torno, ou fora destas políticas. No universo social vivido pelos narradores, as doenças sinalizavam os “verdadeiros” necessitados, pessoas que deveriam receber apoio e especial atenção do poder público e da comunidade em geral.

No momento da entrega dos cartões do programa Renda Cidadã, por exemplo, o repórter Wallace Torres escreveu um artigo bastante complacente em com relação aos que esperavam pelo documento em um estádio de futebol.

[...] Nas arquibancadas não havia torcedores, mas um público que

---

<sup>21</sup> José Ribeiro Filho. Uberlândia. 07 de maio de 2004.

<sup>22</sup> MORAIS, S. P., principalmente Capítulo 2.

pode ser considerado vencedor. Cada uma das famílias contempladas sobrevive com uma renda familiar per capita de até meio salário mínimo. Alguns não têm nem isso. É o caso de Nilza Ferreira Coutinho, 57 anos. Viúva, não recebe pensão, nem aposentadoria. Também não tem renda. Um atropelamento ocorrido há anos deixou uma lesão na perna que impede de trabalhar e até de se locomover a uma média distância. 'Vivo de doações', conta. 'Quando meu marido era vivo, ele me ajudava e punha comida em casa. Agora sou só eu e Deus', lamenta dona Nilza, que no mês passado deixou de pagar a conta de água para comprar remédios. [...] As famílias beneficiadas podem não suprir todas as necessidades, com os R\$ 50,00 que vão receber, mas podem amenizar a falta do básico, como comida, roupa e remédio. Marta do Nascimento Chaves cuida da casa e dos filhos e não consegue exercer mais a atividade de doméstica por causa da lesão por esforço repetitivo (LER). Ela conta que foi uma alegria total na casa quando recebeu a correspondência informando que seria uma das beneficiadas pelo Renda Cidadã. 'Achei que nem conseguiria porque tive que fazer o cadastramento do CPF e pensei eu não daria tempo; mas deu, graças a Deus', conta. O dinheiro do programa será gasto com leite para a filha de três anos que ainda mama no peito da mãe já com seus 41 anos.<sup>23</sup>

No meio de uma multidão, o jornalista “encontrou” mães e viúvas que não tinham condições de trabalhar por doenças ou paralisias. Através da exposição de seus dramas e de suas condutas pessoais, Wallace Torres compôs um enredo no qual o benefício era justificado pelas “antigas” regras de distinção entre honesta mendicância e falsa mendicância; entre força física e saúde para trabalhar frente às impossibilidades postas por fraturas, doenças etc.<sup>24</sup>

Estes elementos fizeram parte das disputas sobre a legítimi-

---

<sup>23</sup> TORRES, Wallace. Famílias recebem o cartão para o “Renda Cidadã”. *Jornal Correio*: 24/05/2004, p. A5.

<sup>24</sup> MORAIS, S. P. Op. cit, principalmente Capítulo 3.



dade do funcionamento de direitos e de lugares sociais no urbano. Vale salientar que não se tratava de um comportamento invariável dos pobres que viviam na cidade. Em outros momentos, estas relações ocorreram de formas mais diretas, tal como no princípio da ocupação do Dom Almir, quando se formaram as “*comissões das panelas*” para a obtenção, preparo e repartição coletiva de alimentos<sup>25</sup>.

Nos diálogos estabelecidos para a pesquisa fui visto e tratado como alguém do lado de fora; ou como denominado por Richard Hoggart: no campo dos “*outros*”, ou dos “*eles*”, que se diferenciavam dos considerados “iguais” por meio de linguagens, cargos etc. e que “*mereciam desconfianças, ainda que pareçam bondosos e dispostos a ajudar*”<sup>26</sup>.

Sérgio Paulo: — E quando a senhora veio aqui pro bairro?

Nádia: — Eu vim em 2000.

Sérgio Paulo: — 2000? Aí a senhora morava com a irmã do seu marido e veio pra cá com a família?

Nádia: — E meu marido quebrou a rótula do joelho, né. Aí fez operação, pôs platina. Hoje ele trabalha porque precisa, porque não tem como manter a família. Incha muito a perna dele, o pé dele. Então, agora ele tá assim, a gente pelejou com o INSS pra encostar ele e tudo e não conseguiu. Aí a gente morava numa casa numa irmã minha... numa irmã dele, de favor, né? Ela despejou nois, tacou nois pra rua, ele em cima de uma cama, praticamente alejado, em cima de uma cama, tava tocando ele, tirando ele. Aí a gente veio pra cá, lutou pra pegar um terreno aqui. Eu consegui pegar esse terreno, porque na época as meninas não podiam vim,

---

<sup>25</sup> PETUBA, R. M<sup>a</sup>. S. *Pelo direito à cidade: experiência e luta dos trabalhadores ocupantes de terra o Bairro Dom Almir – Uberlândia – 1990-2000*. Programa de Pós-Graduação em História Social. Dissertação de Mestrado, Uberlândia. UFU, 2001. p. 71-72

<sup>26</sup> HOGGART, R. *As Utilizações da Cultura*. Aspectos da Vida da Classe Trabalhadora com Especiais Referências a Publicação e Divertimento. Coleção Questões. 2 volumes. Lisboa: Editorial Presença, 1973.p.90.

nem ele podia, né, porque tava operado, aí a gente veio pra cá e ficou, aí tá aí até hoje a gente tá pelejando com uma casa ali no fundo...

[...]

Sérgio Paulo: — A senhora tá desempregada há quanto tempo?

Nádia: — Eu tô já tem três meses, quatro meses eu acho. Eu tava trabalhando numa muié aí só que aí eu tava na experiência, eu tô com problema de pressão alta. Aí ela, porque eu tava na experiência ainda; a gente não pode faltar quando tá na experiência, né. Aí falou: ah, ce não pode ficar faltando, não sei o quê. Aí pegou e me dispensou, né. Porque eu tava com problema de pressão alta e aí tomo remédio controlado pra pressão, aí ela falou que desse jeito não tinha como eu ficá trabalhando, né. Aí eu peguei e parei, ela pegou e me dispensou aí eu parei. Aí de vez em quando eu faço uma faxina assim, mas agora esses dias não tá saindo nada.

[...]

Sérgio Paulo: — A senhora pensa em voltar a trabalhar com comércio, alguma coisa?

Nádia: — A gente tava querendo, né, mas só que... por causa da rua aqui... não tem movimento, né. Aí não tem como. Mas eles falou que ia fazer loteamento desse lado aqui. Se eles fazê loteamento daquele lado ali... aí diz que vai melhorar, né. Aí se melhorar a gente coloca uma coisa pra trabalhar, né. Porque a gente já pelejou pra ele aposentar e tudo, e não consegue, né, e eu tenho problema de pressão alta, então...<sup>27</sup>

Estes trechos foram retirados da entrevista realizada com uma beneficiada chamada Nádia Cândida Cruz, esposa de um pedreiro e mãe de duas meninas. Conheci Nádia em uma reunião do programa Bolsa-Escola. A entrevistada morava em um barracão improvisado com tábuas e materiais usados, enquanto esperava sua futura casa e seu novo cômodo de comércio<sup>28</sup> ser terminado pelo marido.

---

<sup>27</sup> Nádia Cândida Cruz. Uberlândia, 10 de maio de 2004.

<sup>28</sup> Ambos localizados no mesmo terreno em que ela morava na ocasião.

Sua narrativa remontou a um período de prosperidade, quando tinha uma pequena mercearia em um bairro próximo ao aeroporto da cidade. Este período se desfez quando a irmã de seu marido despejou-os daquela moradia.

Nádia vivia em melhores condições que José Ribeiro; seu marido trabalhava e ela fazia algumas faxinas. Mesmo morando de modo desconfortável naquele momento, tinha a perspectiva de ver sua casa terminada e ter um cômodo que poderia significar outra fonte de rendimento para a família.

Entretanto, afirmou em vários momentos não poder abrir mão dos recursos da Bolsa Escola e da “cesta” que recebia da prefeitura, que estava naquele momento sendo substituída pela Renda Cidadã.

Sérgio Paulo: — E a senhora também tem outros programas que a gente tava conversando antes, a senhora tem...?

Nádia: — Eu tenho. Tinha uma bolsa... ah não tinha a cesta, né? Eu tinha a cesta da prefeitura, só que aí eles cortaram. Só que aí a gente foi naquele programa lá que vai sair o dinheiro do governo pra cesta, né?

Sérgio Paulo: — Renda Cidadã, cinqüenta reais.

Nádia: — É, aí meu marido foi lá e fez, aí se sair vai ser uma ajuda boa, com esses problemas e já ganha pouco, mais biquinho né, e eu tô mais desempregada que tudo.

Sérgio Paulo: — Foi cortada a cesta, eles falaram o motivo?

Nádia: — Uai, eles falou que nós tinha como, eu fiquei abismada. Muita gente aqui tá pegando a cesta que tem carro, que tem tudo e nós nem tem no que andá. Eles mandaram uma carta aqui e nós foi lá né, pra saber por que eles cortaram, eu falei assim: mais isso... isso num tem como. Meu esposo precisando... pegou... foi no médico levou atestado, precisando, falou: “Eu preciso dessa cesta gente. A maioria do povo que pega lá não precisa dessa cesta. Por que?” Assim, não é falando da vida dos outros, porque... muita gente pega essa cesta, pegava essa cesta... trocava em troca de bebida, de droga, de cigarro, porque nós já viu muitas vezes... gente pegando essa cesta de armazém, pegando a cesta

vendendo ela, pro ce vê, né, tem condição?<sup>29</sup>

A fratura do marido, o fato de não ter automóvel, de estar desempregada e não ter nunca trocado a cesta que recebia por bebidas, drogas, cigarros ou mesmo tê-la vendido, eram as principais justificativas utilizadas para o recebimento do benefício.

Tal como José Ribeiro, Nádia atribuía a si mesma uma conduta que acreditava ser “ética” e esperada dos beneficiados, quando em diálogo com sujeitos de outras categorias sociais.

Esta expressão não se ateve apenas à narrativa oral. Em certo momento de nosso diálogo, sua filha mais nova chegou acompanhada por uma colega. A menina trouxe um vasilhame escuro de aproximadamente 600 ml dentro de uma sacola opaca. Nádia se levantou rapidamente, abriu a geladeira, guardou o embrulho e voltou um tanto desconsertada para o lugar em que estava. Deve ter imaginado que a compra do produto provavelmente descaracterizaria as condições de vida narradas por ela; colocadas como obra do destino, iniciadas na sua expulsão da casa que morava.

As temáticas das doenças e das circunstâncias particulares serviram também para “dissimular” ações e processos de luta que destoavam das condutas e regras colocadas como “passaportes” para os programas sociais.

*“A gente veio pra cá, lutou pra pegar um terreno aqui. Eu consegui pegar esse terreno porque na época as meninas não podiam vim, nem ele podia, né, porque tava operado, [...] aí tá aí até hoje a gente tá pelejando com uma casa ali no fundo”.*<sup>30</sup> Ao ser apresentada como uma derivante de fatores particularizados, a luta pela moradia se desmembrava das ações coletivas, dos enfrentamentos com o poder público etc.

Os locais em que os conflitos pela moradia haviam se estabelecido mais diretamente durante os anos 1990 estavam, alguns anos depois, repletos de bolsistas e de pessoas que precisavam

---

<sup>29</sup> Nádia Cândida Cruz. 10 de maio de 2004.

<sup>30</sup> Nádia Cândida Cruz Uberlândia.. 10 de maio de 2004.

subjetivar ou ao menos expressar de forma particularizada suas vivências a fim de se “incluírem” nas instâncias de direitos desenvolvidas após as novas construções sobre a pobreza e sobre os pobres em Uberlândia.

O prefeito Zaire Rezende, na ocasião da entrega do Cartão da “Renda Cidadã”, em 2004, apontou a “*Declaração Universal dos Direitos Humanos*”, como uma matriz referencial daquele programa<sup>31</sup>.

Após citar o primeiro artigo daquele documento (“Todos os seres humanos nascem livres e iguais em dignidade e direitos. São dotados de razão e consciência e devem agir em relação uns aos outros com espírito de fraternidade”)<sup>32</sup>, fez a seguinte declaração: “*Os senhores têm o direito (não estamos fazendo favores), é um direito. Nós sabemos que muitas pessoas não têm como manter as condições sociais, por isso nós fizemos esta lei*”<sup>33</sup>.

Esta nova concepção de direito se emanava da gravidade das condições sociais em que os beneficiados se encontravam. Porém, dentro de uma lógica dissociada dos processos históricos que constituíram as diferenças e as desigualdades entre beneficiários, miseráveis, e demais classes.

O movimento tomado nas produções sociais sobre a pobreza fez aprofundar, numa ordem “*privada*”, as questões sobre a fome, sobre as diferenças sociais, sobre as relações de trabalho, que nos anos da “Campanha do Betinho”, da luta pela moradia e pelo aumento do salário mínimo, foram tratados na esfera pública<sup>34</sup>.

Os modos de comportamento e as posições assumidas durante as entrevistas apontaram atuações e práticas específicas dentro dos bairros periféricos que interferiram na reorganização

---

<sup>31</sup> Citando particularmente a fundação da Organização das Nações Unidas (ONU). Em: notas e arquivo desta pesquisa.

<sup>32</sup> Ver: <[http://www.onu-brasil.org.br/documentos\\_direitoshumanos.php](http://www.onu-brasil.org.br/documentos_direitoshumanos.php)>, pesquisado em 15/04/2007.

<sup>33</sup> Transcrito diretamente do discurso de Zaire Rezende, em 22/05/2004. Estádio João Havelange. Em: notas e arquivo da pesquisa (MORAIS, S.P. 2007)

<sup>34</sup> MORAIS, S. P., Op cit, principalmente Capítulo 2.

das memórias e nas reconstruções culturais sobre a pobreza, consolidando em dramas familiares e em condutas pessoais, processos conflituosos de amplitude social. Estas intervenções feitas por determinados grupos têm reorganizado os caminhos e as perspectivas políticas das categorias de trabalhadores que passaram, em anos recentes, a ser beneficiados por programas sociais.

Sérgio Paulo: — Eu cheguei e o senhor falou que a vida tava difícil, como é que o senhor se considera hoje? O senhor se considera uma pessoa pobre, remediada, o que o senhor acha?

José Ribeiro: — Não. Eu sou pobre toda vida né, toda vida eu fui pobre, e sou pobre e tinha muita coragem de trabalhar, e ainda tenho, mesmo na idade que eu tô, mas achando serviço rural porque no urbano eu não trabalho mesmo porque eu não tenho profissão. Mas qualquer tipo ainda de serviço rural a não ser matá e roubá qualquer coisa me serve, eu ainda enfrento. Só que não tá arrumando serviço mesmo, né?

Sérgio Paulo: — E por que que o senhor acha que está assim? Pelo estudo que o senhor falou...

José Ribeiro: — Não. Isso é um pouco porque eu não tenho leitura e, como diz o outro, conforme o povo dava as coisas aqui, conforme eu falei nesse momento, mais as coisa se transformava mais fácil um pouco, era mais barato um pouco né, era fácil de arrumar as coisa, eu ia nessa Casa do Caminho e sempre pegava uma cestinha no derradeiro sábado do mês e hoje não tá vindo mais, e quando vem alguma coisa, a Isabel que é a diretora ali sempre manda chamá aqui em casa e então o chefe ali da Casa do Caminho, um tal de André, quando a gente vai lá que ele tá lá ele fala pra gente assim ó: “aonde eu pegava dois anos pra trás, que eu pegasse um quilo de arroz, hoje eu tô pegando menos de meio”. Ele fazia campanha, saía de porta em porta, mercado, essas coisas, pegava as coisa, fazia a cestazinha, trazia pra dá pros alunos da Casa do Caminho (assim mesmo era só por causa dos alunos da Casa do Caminho), aí ele explicou pra nós, que na faixa de dois anos pra trás aonde pegava um quilo, hoje não tá pegando nem meio. “Não posso prometê nada pro cêis da cesta, nem nada porque as coisas

dificultou demais da conta”. Tudo ficou caro. Então hoje quase não tá arrumando. Mas, quando aparece alguma coisinha manda me chamá aqui. Sempre aparece umas verdurazinha ali dia de quinta-feira, umas verdura como diz o outro daquelas refugada né. Sempre os meninos vai lá e pega e nós vai vivendo.<sup>35</sup>

José Ribeiro dependia daqueles que doavam alimentos. Este seria um fator, ao que parece, que estabeleceria limites a possíveis críticas em relação a outros moradores/doadores que dividiam com ele as experiências do viver na cidade, em suas múltiplas relações sociais, culturais e históricas.

José Ribeiro, porém, não havia participado do processo de ocupação do bairro Dom Almir nem vivido as experiências criadas pelas “comissões de painéis” pelas reivindicações por direitos a moradia, a saúde pública etc.<sup>36</sup>

Sérgio Paulo: — O começo aqui, como é que foi, senhor?

José Ribeiro: — O começo aqui foi, como diz o outro, o frevo era muito, era tudo barraco né, porque quando eu vim pra aqui a invasão aqui já tava feita. Na época eu comprei um direitozinho aqui de quarenta reais, um barraquinho aqui de um cômodo só, tudo de plástico, tanto por cima quanto em roda. Eu comprei o direito de outra pessoa por quarenta reais, pusemos duas testemunhas homem, pra testemunhar que eu comprei e paguei e nisso eu tô até hoje.

Sérgio Paulo: — O senhor foi mudando aos poucos?

José Ribeiro: — É. Aí depois tinha um barraquinho na frente ali, que tinha uns problemas de droga demais, tinha uma rapaziada que mexia com isso tava entrando dentro do barraco ali, estragando, descobri o dono do barraco na frente aqui e conversei com ele, ele me ofereceu o barracão e não me interessava, aí vendeu o barraco pra outro, eu também emendei esse chão aí e tô prantano até hoje, mas na época que eu vim pra cá tinha uma vantagem

---

<sup>35</sup> José Ribeiro Filho. Uberlândia. 07 de maio de 2004.

<sup>36</sup> Em PETUBA, R. M. S. Op. cit. 2001. pp. 51-72

grande, porque todo sábado e domingo ou qualquer feriado também que tivesse, aparecia gente aqui dando as coisas. É tutano, é doce, é roupa, é cobertor, é calçado, ou algum objeto de escola, é cereal, é de um a tudo né, e lá vai acabano tudo.<sup>37</sup>

Depreende-se que suas relações com vizinhos e com outros moradores do Dom Almir eram bastante tensas. Os indícios destes estavam na incerteza sobre a aquisição da casa, nos iminentes conflitos com os que usavam drogas e na sensação de injustiça que o seu fornecedor de energia elétrica lhe proporcionava<sup>38</sup>.

Por outro lado, os laços constituídos pelas doações apareceram como mais significativos, além de mais vantajosos do que as relações mantidas entre os moradores de seu bairro.

Estas inter-relações não se limitavam apenas a oferta e recebimento de produtos e alimentos, as fontes orais demonstraram que os vínculos dos entrevistados com grupos assistencialistas compunham mediações de valores e interpretações sobre as diversas relações de “auxílio”.

Entrelaçamentos constituídos por grupos externos, laicos ou religiosos, foram, também, compostos por entrevistados que não estavam tão dependentes de doações e que, de modo geral, participaram das formações iniciais dos bairros e dos embates que marcaram suas constituições.

---

<sup>37</sup> José Ribeiro Filho. Uberlândia, 07 de maio de 2004.

<sup>38</sup> “José Ribeiro: — Ele... tem de um a tudo em casa... e eu só essa televisão e esse sonzinho velho aí, essa geladeira e o tanquinho. O tanquinho eu uso pra lavar roupa aqui só uma vez por semana. Tenho quatro lâmpada, mas se usa três até a hora que precisa, então depois que terminou na parte da noite, aí já desliga a lá do fundo, desliga a da cozinha, e a do quarto. Essa fora aí passa mês sem pôr ela aí. [...] Esse derradeiro talão que veio, eu paguei cinqüenta e dois e ela veio de cento e cinco e quarenta e cinco centavos... me parece. E o dono do padrão ali tem tudo, banheiro, ferro elétrico, chuveiro. O povo dele tem tudo, menos a torneira elétrica, né. E quando ele me arrumou essa luz, ele falou pra mim “eu posso até arrumar a luz pro senhor, mas o senhor tem que pagá meiado”. Agora pra não fica no escuro... então devia ser mais barato né, e agora já veio desse jeito no mês passado veio de quase cem e o último agora veio de cento e cinco e uns quebrado. E eu pago a metade!”.



Sérgio Paulo: — E assim, a senhora veio para Uberlândia de Centralina, com todo mundo da família?

Maria José: — Foi. Aí meu menino veio, aí eu também vim. Nós morava lá no Murumbi depois que o povo começou a invadir... eu também vim e já invadi também, nós já fez as casinhas nossas aqui. Um ajuda de um lado outro ajuda de outro, mas eu fiz, nós fez.

Sérgio Paulo: — A senhora ajudou a construir?

Maria José: — Iiii pra levanta aqui, meu fio, foi tanta gente que ajudou nós a levantá essas casas que... a minha mesmo ô, foi muita gente que ajudou.

Sérgio Paulo: — A maioria das casas foi assim, as pessoas aqui construíram?

Maria José: — Foi. A da frente aqui mesmo foi um pastor que fez pra nós aí. Assim: um vem dá uma coisa outro vem, esse povo do telefone ajuda nós demais da conta aqui também, né.<sup>39</sup>

Este trecho faz parte da entrevista feita com Maria José Pereira, sogra de Ilma da Silva que comprava a cesta do Pró-Pão e recebia verbas da “Bolsa-Escola” em nome dos seus netos<sup>40</sup>. Nele, a construção por meio de mutirões e a noção de grupo, de ideal coletivo, foi posta como um momento “anterior” à finalização da casa, realizada por um “pastor”.

Após entrevistá-la, juntamente com Sebastiana do Carmo Santos, também compradora do Pró-Pão, não me foi permitido realizar mais nenhuma entrevista com as pessoas que se alimentavam da sopa distribuída por sua nora.

De acordo com as justificativas de Ilma da Silva, os membros do “Consórcio do Bem”<sup>41</sup>, os quais arrumavam os materiais para a sopa, estavam preocupados com possíveis vínculos entre a realização das entrevistas e as eleições municipais que se aproximavam.

---

<sup>39</sup> Sebastiana do Carmo Santos e Maria José Pereira. Uberlândia, 17 de abril de 2004.

<sup>40</sup> idem.

<sup>41</sup> Sobre esta entidade religiosa ver: *Jornal Correio*: 30/03/2004. op. cit. p.A1.

Percebi que tanto para o “Consórcio do Bem” quanto para a própria Ilma, minha presença não era bem quista. Talvez a reportagem do jornal tivesse quebrado normalidades que ainda não estavam controladas, ou apaziguadas. Ou a questão poderia ser mais ampla, relacionando-se a alianças que grupos religiosos estabeleciam em comunidades periféricas, distribuindo alimentos, estabelecendo pactos, ditando modos de comportamento e criando “blocos” que reorganizavam as concepções de “nós” e “eles” para além das questões que tradicionalmente evidenciavam as “diferenças sociais”.

Cerca de 60 pessoas que compõe o grupo distribuem alimentos, com recursos próprios, para 16 famílias carentes do bairro. Conforme explicou o administrador de empresas Hugney Custódio Lima, que é membro do grupo, o objetivo do projeto vai além da ajuda material. “Em visitas mensais às famílias cadastradas, procuramos levar apoio moral a pessoas que precisam de mais do que cestas básicas”, frisou.<sup>42</sup>

A entrevista com Jessi Amaral proporcionou outros indícios de contato entre beneficiados e grupos e instituições que os cercam. Ela morava com o marido e com os cinco filhos no bairro Joana D’Arc, dois deles eram bolsistas do programa Bolsa- Escola. Migrante do Rio Grande do Sul, Jessi não trabalhava por problemas relacionados com “dores de cabeça e pressão alta” e frequentava a Igreja Universal do Reino de Deus<sup>43</sup>.

Depreende-se em sua narrativa que a religião lhe propiciava esperanças na melhoria das condições de vida:

Sérgio Paulo: — A senhora se acha como, na sociedade? A senhora se acha remediada como o pessoal fala, ou a vida da senhora tá um pouco mais difícil de um tempo pra cá, como é que a senhora

---

<sup>42</sup> Segundo o Jornal Correio: o “Consórcio do Bem” fazia um trabalho de “orientação aos desempregados, acompanhamento de mães solteiras” etc. *Jornal Correio*: 30/03/2004, op. cit. p. 1.

<sup>43</sup> Jessi Amaral. Uberlândia, 11 de maio de 2004.

se considera vivendo na sociedade?

Jessi: — Eu não me acho na miséria. Eu acho assim: porque Deus me deu essa casa, né, Jesus me deu essa casa, como dizem, eu sou evangélica, Deus me deu essa casa... eu não me acho assim na pobreza miserável, mas também não me acho assim bem de situação. Deus abençoa pra gente ter o que comer e ter um pouquinho pra vestir, mas miserável eu acho que não. A gente é pobre, mas não miserável. Porque tem pessoas que é pior que a gente ainda.

Sérgio Paulo: — A senhora falou que é evangélica. A senhora frequenta qual igreja?

Jessi: — Eu era da Assembléia e agora tô indo na Igreja Universal.

Sérgio Paulo: — E o que a senhora acha da igreja?

Jessi: — Ah eu acho assim: muito bom, porque a gente aprende a palavra, aprende a doutrina, aprende a aceitar as coisas, aprende a perdoar o próximo, né, aprende é... como se diz, ter amor pelas pessoas diferentes da gente, né. Porque muitas pessoas assim: não respeita a gente, né. E lá ensina a gente a respeitar todo mundo, seja de qualquer raça, religião... todo mundo... então eu acho muito bom. A gente aprende a palavra da Bíblia, aprende que Deus é vivo, aprende a respeitar o próximo, as pessoas. Igual àquela igreja, ela não dá cesta básica, mas é muito orável pela gente, pra Deus abençoar pra gente arrumar um emprego, pra Deus abrir a porta prum curso aqui, abrir uma porta lá...então assim de todas as maneiras...eles oram pra Deus abençoar a gente. Pra nunca faltar... eu digo assim, falta as coisas mas assim, por exemplo, pode faltar hoje mas amanhã Deus já dá condição pra gente comprar ou Deus dá condição de outra maneira, menos roubar, que nem a gente fala: a gente é honesto, não é de roubar. E eu sempre ensino meus filhos tudo ser honesto, trabalhar e tudo... e nunca mexer no que é dos outros... porque Deus ensina a gente que do próximo é do próximo... a gente vai comer, comerás, né... então é muito bom, eu acho... que... fora isso assim... eu acho que nem eu falei... eu acho que deveria melhorar um pouquinho mais, né, que eles olhassem para as pessoas dos bairros longe, dessem mais empregos.<sup>44</sup>

---

<sup>44</sup> idem.

Na entrevista ela dizia ser ajudada por membros do centro espírita “Ticote”<sup>45</sup>, porém, na Universal do Reino de Deus ela recebia algo além de cestas. Jessi Amaral separou em sua narrativa a dimensão religiosa assistencialista de uma dimensão religiosa mais “psicológica”.

Esta segunda modalidade interferia nas interpretações de mundo e nas relações em que vivia Jessi. De certa maneira, a igreja “orável” a ajudava a compor repertórios sobre a conquista da casa, sobre os períodos de dificuldade e sobre a percepção de pobreza e de miséria.

Estas formulações sobre o viver e sobre as experiências elaboradas a partir do vivido se condensavam em uma difícil realidade material, criavam projeções para o futuro; perspectivas de melhores empregos e de consumo.

Tacyana Arce, repórter do *Jornal Estado de Minas*, realizou uma série de reportagens em uma das regiões mais pobres do estado. Uma compilação de suas anotações deu origem a um livro chamado *Bolsa Escola: Educação e Esperança no Vale do Jequitinhonha*<sup>46</sup>. Lançado em novembro de 2001, pela Secretaria Estadual de Educação, serviu de panfleto político para o governo de Itamar Franco e para o coroamento de mais uma reforma “neoliberal” nas escolas públicas estaduais<sup>47</sup>.

Em seu livro, as perspectivas daqueles “ignorantes”<sup>48</sup> do Jequitinhonha pareciam bastante diferentes dos bolsistas que vi-

---

<sup>45</sup> “Sérgio Paulo: — E... assim... entre esses outros programas da prefeitura a senhora conhece algum? O da bolsa... o da cesta... / Jessi: — Eu conheço esse da Bolsa Escola... da... cesta do Prô-pão e do Ticote, do centro espírita kardecista, e esse tal de Bolsa Família, também... né.” idem.

<sup>46</sup> ARCE, Tacyana. *Bolsa Escola: Educação e Esperança no Vale do Jequitinhonha*. Belo Horizonte. SEE/MG, 2001.

<sup>47</sup> Ver sobre a “Escola Sagarana”, em ARCE. T. “Apresentação”, por HINGEL, Murilo. *ibid.* 2001, pp.5-11.

<sup>48</sup> “Logo descobri que a ignorância é a maior miséria do Vale. Difícil explicar para a população da Santa Rita o que é, ou faz, uma equipe de reportagem. Elenice Dias (coordenadora local do programa Bolsa Escola) se esforça nas explicações, pede colaboração de todos para responder minhas perguntas. Mostro o jornal, digo que suas histórias vão aparecer ali para todo o País ler. Os olhares

viam em Uberlândia. Algumas mulheres pretendiam gerar a própria renda (com a engorda e a venda de porcos, por exemplo) para depois comprar uma caixa d'água e arrumar as casas<sup>49</sup>.

De acordo com a jornalista, as mães compreendiam que mesmo estudando, os filhos corriam o risco de “*morrerem seco agarrado no cabo de uma enxada* (que nem o pai)”<sup>50</sup>.

Quem supera o desinteresse (do estudo), dificilmente resiste à desilusão. Numa região onde não existem empregos, a escola ainda insiste apenas em reforçar ideologia do trabalho formal. Os alunos passam longe de uma educação empreendedora. Não aprendem a descobrir como gerar renda, como buscar novas perspectivas. São preparados para sonhar com o salário fixo e as garantias trabalhistas. Finalmente, quando percebem que, com ou sem escola, o destino são as plantações de café e cana no Sul de Minas ou São Paulo, abandonam a escola, casam-se e reiniciam o ciclo da miséria.<sup>51</sup>

A Escola Família Agrícola do município de Turmalina desenvolvia um projeto diferenciado, na visão de Arce. “As crianças estud[av]am durante 15 dias, em regime de internato. Nos outros 15, fic[av]am em casa, convivendo com a família e colocando em prática o que aprende[ra]m na escola”<sup>52</sup>.

Mas engana-se quem acha que o objetivo da escola é formar bons profissionais para o mercado de trabalho. ‘A maior crueldade que

---

desconfiados denunciam que a maioria não entende o que está se passando”. ARCE, T. *ibid.*, 2001, p. 23.

<sup>49</sup> ARCE, T. *ibid.*, 2001, p. 33-35.

<sup>50</sup> *idem*, p. 40.

<sup>51</sup> *idem*, p. 42.

<sup>52</sup> “A Família Agrícola — uma premiada experiência mantida pela prefeitura de Turmalina — oferece ensino fundamental e médio, de onde os alunos saem com o diploma de técnicos agrícolas. Enquanto estão na escola recebem ensino, orientação, alimentação e hospedagem gratuitos”. ARCE, T. *ibid.*, 2001, p. 44.

poderíamos fazer com essas crianças é deixá-las à espera de um emprego. No vale não tem emprego. Além de cobrar do Governo soluções para este dilema, precisamos preparar as crianças para serem empreendedoras. Para conseguir produzir apesar das adversidades'. Explica Idalino Firmino dos Santos, coordenador pedagógico da Escola.<sup>53</sup>

Por meio da criação de porcos, da confecção de roupas, de perspectivas colocadas em algumas escolas empreendedoras, entres outros, a autora apresentava narrativas que vislumbravam "portas de saída" do programa.<sup>54</sup>

Sem entrar no terreno político e nas relações estabelecidas entre a autora e o governo estadual, têm-se no livro algumas questões e visibilidades que parecem universais nas políticas públicas brasileiras: ampliação das oportunidades para os filhos, geração de renda própria como perspectiva para o futuro, valorização da figura da mulher no contexto familiar.

Leni Moreira Nunes, 31 anos, mãe de seis filhos entre 3 e 12 anos, é claramente uma liderança entre o grupo de bolsistas. [...] O depoimento de Leni mostra que os esforços da comissão local de Santa Rita estão dando frutos. 'Comecei a ver minha casa com outros olhos. Ela é muito pobre e sem o conforto necessário, mas gosto de ver tudo limpo. Cerquei o quintal e separei as galinhas, para ficar tudo sempre higiênico. E ainda por cima aprendi ter autoridade com meus filhos. Antes, eu me sentia inferior e acabava deixando tudo por conta do meu marido. Meus filhos não me respeitavam.

---

<sup>53</sup> ARCE, T. op. cit., 2001, p. 45.

<sup>54</sup> A autora reproduz fala de Vicentina, que trabalha em conjunto com outras mães bolsistas em uma cooperativa da prefeitura de Carbonita, na confecção de uniformes escolares. Segundo consta: "Eu até sonho com o dia em que eu vou procurar o coordenador e falar assim: agradeço muito ao senhor e ao Governo, mas vocês já podem usar o dinheiro para ajudar outra família porque eu já dou conta de caminhar com as minhas próprias pernas. Já pensou? Essa ia ser a maior alegria da minha vida', conta emocionada". ARCE, T. *ibid.*, 2001, p. 36.

Acho que esse o problema do mundo hoje. As mães não conseguem ter autoridade sobre os filhos. Eles fazem o que querem e não viram homens de bem. Agora, aprendi a me valorizar e meus filhos me respeitam [...].<sup>55</sup>

Mas, as práticas sociais vividas na cidade de Uberlândia têm demonstrado que as concepções emancipatórias, as perspectivas de geração de renda própria e a visibilidade de que os filhos teriam uma vida melhor, não ocorriam de mesmo modo.

Nesta cidade, o programa Bolsa-Escola iniciou-se em um período em que a pobreza estava “novamente” em evidência no jornalismo local. No final dos anos de 1990 e no início da década posterior, os pobres eram vistos como um problema de segurança pública, visto que os índices de violência eram atribuídos à presença e às atuações dos moradores dos bairros periféricos.

Em meio a campanhas contra a mendicância, a periferia urbana sofria ações dos efetivos policiais e era objeto de estudos que buscavam no alcoolismo, no consumo de drogas e nos baixos padrões de vida explicações para os assaltos, roubos e assassinatos que aconteciam na cidade. As reuniões e eventos promovidos para os bolsistas e suas famílias se constituíram nesse ambiente social.

Em março de 2006, entrevistei a pedagoga Camila Lima Coimbra, assessora da Secretaria Municipal de Educação durante o segundo governo de Zaire Rezende e responsável pela implementação do programa Bolsa Escola na cidade.

Em sua narrativa, fez uma longa avaliação sobre o programa na cidade:

Tenho hoje uma avaliação muito... de que não é o caminho, sabe, Sérgio, acho que a gente precisava mesmo era pensar na promoção destas pessoas, porque o fato de você atribuir um dinheiro é, em minha impressão, porque na verdade é assim, as falas que a gente teve o tempo todo das mães era da necessidade, da impor-

---

<sup>55</sup> ARCE, T. *ibid.*, p.26

tância. Mesmo que fosse R\$15,00, estes R\$15,00 já ajudavam na hora de comprar um lápis na hora que quebrava, uma borracha, elas sempre achavam que o dinheiro — mesmo que fosse pouco que pingava todo mês (ficavam bravas quando havia algum problema com o dinheiro e tal). Agora olhando de fora eu acho que deveríamos criar outras condições e melhores condições para isso.<sup>56</sup>

A forma de entender estas ações sócio-educativas giravam em torno de três projetos, ligados ao esporte<sup>57</sup>, ao “Serviço Civil Voluntário”<sup>58</sup> e ao aprendizado profissionalizante “Adolescente Aprendiz”.

No Morada Nova nós tivemos um grande número de bolsistas, ali nós desenvolvemos um outro projeto que foi o Adolescente Aprendiz. Uma turma de trinta jovens, que nós fizemos este acompanhamento, que foi na verdade durante três anos, que acompanhamos estes trinta jovens, demos a formação destes valores (ética, cidadania e tudo mais) e ao mesmo tempo em algumas áreas de habilidade dos próprios jovens. A partir das habilidades deles nós íamos fazendo oficinas. Este projeto teve uma durabilidade maior do que

---

<sup>56</sup> Camila L. Coimbra. Uberlândia, 29 de março de 2006. Pedi a ela que fizesse uma avaliação sobre a Bolsa-Escola em Uberlândia.

<sup>57</sup> “Fizemos parceria com os poliesportivos dos bairros onde viviam os bolsistas, para que eles tivessem prioridade dos professores que atuavam nestes locais”. *idem*.

<sup>58</sup> “Tratava-se de um projeto nacional, que envolvia vários ministérios. [...] Assim como tem o Serviço Militar Obrigatório, tínhamos um Serviço Civil Voluntário, um curso de formação que abordava [...] questões de cidadania, ética, valores humanos, e tudo mais, e ao mesmo tempo daria uma formação para esses adolescentes que estariam saindo da oitava série, saindo do programa Bolsa Escola, para que tivessem um curso deste de formação. Ele teria essas noções e ainda teria uma formação profissionalizante, então nós tivemos garçom, nós tivemos mecânico, pintor, [...] fomos a escolas que mais tinham alunos bolsistas, que a gente imaginava que era aí que estava concentrado os maiores índices de pobreza, pelo cadastro, pela condição e tal. [...] Nós fizemos no Dom Almir, no Canaã, no Laranjeiras, no São Jorge e no Morada Nova”. *idem*.



nossa estadia, particularmente a minha estadia no programa, porque a Fundação Consciência e Arte acabou ficando com este projeto, por que a gente queria introduzir depois estes trinta adolescentes no mercado de trabalho. Colocaram, eu acho que... dez. Muitos deles no processo desistiram ou conseguiram achar um outro emprego. Pelo mérito do projeto foram dez. A gente queria expandir este projeto, mas isto requeria o pagamento do chamado monitor social... estes profissionais que trabalhavam com os adolescentes e que requeriam um investimento.<sup>59</sup>

Jessi Amaral participou da reunião da Bolsa-Escola em que conheci Nádia Cândida Cruz e José Ribeiro Filho. Tal encontro aconteceu em maio de 2004, na Escola Municipal Joel Cupertino, localizada no Bairro Dom Almir. O encontro foi coordenado pela Organização não-governamental Fundação Consciência e Arte. Naquela ocasião, o representante da ONG, Éilson Felice ex-representante da Central Única dos Trabalhadores, em Uberlândia, e ex-presidente do Partido dos Trabalhadores local, disse ter convocado a reunião para tratar especificamente do projeto *Adolescente Aprendiz*, referido na narrativa de Camila Coimbra<sup>60</sup>.

Segundo ele, a Secretaria de Finanças, por questões orçamentárias, havia cortado as verbas do projeto para aquele ano. Em outros termos, estava ali para dizer que as expectativas criadas em razão de aberturas de empregos, para os filhos daquelas pessoas, não aconteceria tão rapidamente.

Além de pautas indicadas como estas, as reuniões tinham o intuito de “formar e informar” familiares.

A gente então chamava de oficinas informativas e formativas, porque ao mesmo tempo em que a gente ia com estas oficinas para informar o que era o programa, a gente buscava fazer alguma formação do responsável, do pai. O que mais eles queriam saber era

---

<sup>59</sup> Camila L. Coimbra. 29 de março de 2006.

<sup>60</sup> De acordo com MORAIS. S. P. 2007, Data da anotação 05/05/2004.

sobre como educar os filhos. Como dar limites? Eles tinham muitas dificuldades em lidar com os filhos. Isso foi muito interessante, muito. Aí a gente foi atrás de voluntários, de psicólogos voluntários, gente que poderia falar sobre isso com os pais, e tal. Fomos atrás dos amigos, para fazer isso nas próprias escolas. Nós fizemos um cronograma e conseguimos atender a todas as escolas. Se não me engano, talvez tenhamos falhado em uma, ou duas (ou em um pouco mais)...<sup>61</sup>

Além da ONG Fundação Consciência e Arte, a comissão que iniciou e desenvolveu parte do programa Bolsa-Escola na cidade contou com outras parcerias. Para a realização de “oficinas” com as famílias dos bolsistas e para auxiliá-los na educação dos filhos, entre outros assuntos, foi convidada a ONG Reação<sup>62</sup>.

Eles tinham este projeto de discutir a questão da paz, da não-violência na escola, na sociedade de modo geral, então eles resolveram fazer isso nas escolas. Eles vieram, [...] fizemos algumas oficinas com eles por aí, eles também tinham voluntários que trabalhavam para eles. Foram psiquiatras para falar como lidar com o uso da droga, sobre o alcoolismo, enfim, foram vários temas e foram em cada região desenvolver esta temática.<sup>63</sup>

A entrevistada Jessi Amaral apresentava as seguintes interpretações sobre as reuniões e oficinas.

---

<sup>61</sup> Camila L. Coimbra. 29 de março de 2006. Seguindo sua avaliação sobre o programa.

<sup>62</sup> Esta ONG agiu no “combate” à violência e ao crime na cidade de Uberlândia. Após confeccionar o “Mapa da Violência” organizou formas de intervenção nas comunidades periféricas através de “apoio psicológico, cursos profissionalizantes, noções de higiene e nutrição”, etc., a fim de diminuir os números de assaltos, furtos, uso de drogas, etc. Ver sobre a ONG em op. cit. Estudo Reação faz Mapa da Violência. *Jornal Correio*: 20 de set de 2000. p. B-12. ONG fará radiografia da violência na cidade. *Jornal Correio*: 02 de maio de 2000. p. B-1.

<sup>63</sup> Camila L. Coimbra. 29 de março de 2006.

Sérgio Paulo: — [...] O que eles conversam, o que a senhora acha das reuniões da Bolsa Escola? A senhora participa, a senhora falou que foi a reunião...

Jessi: — Eu participo, todas as vezes que tem, sempre participo. Eu nunca deixo de assinar o papel, né... é importante a lista de presença... mostrar que a gente foi... e... aí eu sempre assino. Eles falam sobre o negócio de não deixar o menino faltar na escola... é que... a pessoa que precisa bastante então... é... o negócio que é pouco... mas ajuda um pouquinho, negócio do material escola, a criança tem que ir sempre limpinha... bem cuidadinha, com higiene e tudo... é sobre isso que eles explica.

Sérgio Paulo: — E a senhora lembra de alguma reunião em que a senhora tenha participado... que mais marcou a senhora, os assuntos, essas coisas?

Jessi: — O que mais me marcou foi o negócio da violência que a advogada vem e falou, né. A advogada, detetive, falou que briga de marido e mulher os vizinhos têm que meter a colher sim, porque tem que denunciar o agressor. E eu acho assim, que tem muito homem que tanto agride a criança como agride a mulher dentro de casa, então o que mais me marcou foi aquilo. Eu achei muito bom que eu não sabia, nem eu sabia, que... a gente podia denunciar, por exemplo: um... um agressor, alguma pessoa que faz alguma coisa pra gente. Não que a gente queira ver o mal das pessoas, mas muitas vezes alguém mexe com a gente e a gente não sabe que tem esse direito, né, de denunciar e falar. Então eu achei bom. Iniciei uma questão: — Então a senhora acha que...

Jessi: — Aqui tem parceria com advogada e tudo... com a polícia, né.<sup>64</sup>

A narrativa mostrava que a compreensão da violência era de uma forma mais nucleada, e até mesmo mais familiar, do que a concepção da ONG Reação, a qual, de acordo com as evidências, esperava combatê-la em um âmbito mais ampliado através presença de psiquiatras.

---

<sup>64</sup> Jessi Amaral. Uberlândia. 11 de maio de 2004.

Estas dessintonias, entretanto, não criaram distanciamentos ou oscilações entre a concepção de Jessi Amaral sobre a importância das reuniões e as dinâmicas as quais as ONGs, os assistentes sociais, os psicólogos tentavam atribuir aos (e ao mesmo tempo remediar os) pobres.

Algo mais significativo conduzia as relações e interferia nos modos dos sujeitos sociais se compreenderem como pertencentes àquelas novas instâncias de direitos. Tratava-se da idéia de “ascensão social”, propalada pelas religiões “oráveis” e por práticas e concepções das políticas públicas em Uberlândia.

Estas melhorias eram buscadas por meio dos recursos recebidos, nas parcerias “com advogados, com a polícia”, nas promessas de cursos profissionalizantes, entre outros. As visões e expectativas de “promoção”, neste sentido, ecoavam em extensões diversas da vida dos beneficiários e passavam a ser observadas, por exemplo, no entorno das moradias

Sérgio Paulo: — E o bairro da senhora, o que a senhora acha? Acha um bairro violento?

Jessi: — Ah eu vou te falar a verdade pra você. Não sei se o senhor é daqui... se já ouviu falar desse bairro... esse bairro já foi muito perigoso... faz muitos anos quando eu vim morar aqui, tinha muitos barracos, muita gente muito pobre e tinha também muitas pessoas erradas... então agora tá melhorando bastante, porque a polícia já tá passando mais, as pessoas tão roubando menos, né. Então eu acho que já melhorou bastante... já vem água pra nós, a energia elétrica...eu acho que ficou bastante melhor... é... o esgoto cai aí na porta que nem cê viu... a gente tá com visita... ninguém agüenta... tá colocando esgoto, vai colocar no esgoto... e... vai passar o asfalto, vai ficar muito melhor, porque é muita poeira. O meu menino, o que tem bronquite, então ele fica muito atacado da bronquite por causa da poeira, mas eu acho que melhorou bastante. O presidente do bairro também, ele luta muito por nós, pra trazê as coisas pro nosso bairro, direto tem reunião, a gente participa... vai... é muito bom. Eu acho que tá melhorando bastante.

Sérgio Paulo: — Essas reuniões do bairro a senhora sempre parti-

cipa, tá falando, elas...

Jessi: — Eu vou. Quando tem votação também eu vou, eu voto, né... tem todos os anos.

Sérgio Paulo: — Ah, pra presidente?

Jessi: — É... pra votar pra presidente. Eu acho bom.<sup>65</sup>

Jessi esperava o aumento do efetivo policial, a colocação do esgoto e do asfalto, uma vez que a água e a energia já estavam consolidadas. Jessi narrava a partir de um presente distinto do período em que a estrutura do bairro ainda era muito precária e a organização do viver dependia dos embates diretos com o poder público, com a polícia e com o judiciário.

Neste período posterior, ela possuía expectativas bastante estruturais da associação de moradores, no sentido do crescimento e da funcionalidade dos serviços, e se diferenciava mais rigorosamente das demais pessoas (muito) pobres e das “erradas”, que com ela dividiam os espaços da ocupação.

Mas as mudanças se aprofundavam quando Jessi e os demais narradores falavam a partir de “dentro das moradias”; das expectativas criadas para e por suas famílias. Nestes contextos a noção de consumo se destacava como um elemento de contraponto às condições sociais vividas.

Sérgio Paulo: — E a senhora, além dessas reuniões, a senhora acha que os filhos, com o Bolsa Escola, eles melhoraram na escola?

Jessi: — A minha menina todos os anos ela sempre passou... a Gláucia. O outro já tem dificuldade de aprendizado. [...] mas fora disso, eu acho isso do Bolsa Escola, eu sempre procuro sempre falar pra eles que eles tem que estudar bastante pra eles serem alguém na vida que eu não quero que eles sejam que nem eu. Não é que eu estou dizendo assim... miserável, mas ter um estudo melhor, ter um emprego melhor pra ter as coisas que eles quer. Quan-

---

<sup>65</sup> Jessi Amaral. Uberlândia. 11 de maio de 2004.

do eles ficar grande eles ter um carro, o meu menino sonha em ter uma moto... sonha de ter as coisas...s onho de ter uma casa boa com tudo dentro de casa, porque... ter uma geladeira boa e tudo, então eu acho assim... porque eu sempre tô conversando com eles pra eles estudá pra serem alguém na vida, porque a... a escola é pertinho e tudo, né, é bom...<sup>66</sup>

A narrativa de Jessi entrecruzava diretamente a escola com “um bom” emprego e com a aquisição daquilo que os meninos sonham. Nádia Cândida Cruz fazia uma relação semelhante na qual projetava a aquisição de certos bens com os recursos do próprio programa. Ao lhe perguntar sobre a vida escolar de suas filhas, após a Bolsa-Escola, ela respondeu:

Nádia: — Ah... é bom...um dinherinho bom, vem na hora certa, né, quando a gente tá precisando. Até hoje não tive o que reclamar não. As meninas gostam também, né, aproveita assim: compra uma roupa, compra um calçado, um objeto, né, sempre que precisa... e... ajuda dentro de casa também, compra alimento pra elas mas assim... a gente não gasta a toa com outras coisas, né, porque eu já vi muita gente gastando dinheiro a toa aí com outras coisas. Então a gente não pode fazer isto, o dinheiro é delas... dinheiro... igual assim... ela... tá querendo comprar um celular, igual a gente falou: pode comprar, é uma coisa pra ela, comprar uma televisão pra eles ficarem assistindo dentro de casa, uma geladeira, qualquer coisa pode comprar, né. Aí a gente gasta o dinheiro conforme... agora deu uma aumentada boa, né. Teve um aumentinho bom agora. Aí elas compram a roupa, o calçado e vai indo.

Sérgio Paulo: “ E assim, o dinheiro a senhora pega no banco, é a senhora quem pega? A senhora quem administra o dinheiro e tudo?  
Nádia: — É... é... eu que ajudo eles, né. Não entrego pra elas não. Compro uma roupa, calçado, o que elas precisa, né. Compro objeto pra outra que tá estudando, essa aqui tá meia parada esses dias

---

<sup>66</sup> Jessi Amaral. Uberlândia. 11 de maio de 2004.

porque ficou em dependência, né. Aí só a outra que tá estudando. E aí... essas coisas assim, material... essas coisas assim...<sup>67</sup>

A visão sobre o consumo fazia parte de perspectivas e anseios das mais variadas e diferentes classes sociais. O elemento hegemônico, entretanto, não se manifestava somente através das propagandas e dos meios de comunicação que tendem a criar sensações de possível, e de igualmente alcançável a qualquer pessoa.

Aos beneficiários dos programas sociais em Uberlândia, o que tendia (e ainda tende) a criar um componente de vinculação “subjetiva” dominante entre “bolsistas” e poder público era justamente a idéia de que a melhoria da vida aconteceria se as regras, as orientações e as perseveranças na criação dos filhos, na “boa conduta” social, fossem fielmente seguidas.

Jessi Amaral mostrava-se otimista com relação às condições futuras dos filhos. Porém, a fala sobre o presente apresentava dimensões pouco positivas como relação a conquista do emprego.

Jessi: — [...] se eles olhassem pras pessoas dos bairros longe, dessem mais empregos.

Sérgio Paulo: — A senhora tá falando eles, o governo?

Jessi: — É, o governo, essas lojas de Uberlândia, esse povo podia pegar e cadastrando as pessoas [...] e vê as pessoas das casas que estão desempregadas e poder ajudar a arrumar um emprego, né... porque... a minha menina já caçou muito emprego lá pra baixo e tudo... já mandou uns dois... fez currículo, as vezes não tem dinheiro pra mandar currículo vai... outras pessoas não querem pegar porque mora muito longe... então acho que deveria também, né, as lojas como se diz... entrava com parceria com as escolas e ajudava os jovens a arrumar emprego, né. Porque eles estuda a noite e tudo... e seria bom pra ajudar também... tanto eles como a gente no caso.

---

<sup>67</sup> Nádía Cândida Cruz. Uberlândia. 10 de maio de 2004.

Sérgio Paulo: — A senhora sabe de alguma parceria que já existe, dessas empresas, alguma coisa?

Jessi: — Eu sei a parceria do Bolsa-Escola, aquele que a minha menina faz, que ela tá fazendo pra pode sair empregada, só que é com dezesseis anos e ela tem quatorze e a outra irmã que tem dezessete tá desempregada.<sup>68</sup>

O esforço de José Ribeiro para encontrar emprego, nas redondezas da cidade, não estava surtindo efeito por motivos que iam além da idade avançada, das condições de saúde e da completa falta de empregos.

Sérgio Paulo: — Por quê o senhor optou em vir pra cá, para o Dom Almir?

José Ribeiro: — Eu não tinha pra onde ir, porque os fazendeiro mais velho não tava querendo... não tava querendo e nem quê. Porque eu conheço aqui, igual eu acabei de falar agora nesse momento, desde 1967, rural e urbano, então eu conheço isso aqui, isso aqui se for falá assim, vamo marcá cinqüenta légua em volta de Uberlândia eu tenho conhecimento, porque se fô vê de 1967 onde é que ficou ... pra 2004 igual nois tá hoje, se a gente não tem conhecimento com a importância de ano dessa aí na região... e ruim de serviço. Eu saio daqui de manhã, pego a van ali de frente o Morumbi e desço aí por esses fundo aí de fazenda, vou até na beira do rio aí, no Pau Furado, pendo pra cá pro lado de Olhos d'Água, pra esses lado pra cá ou qualquer outros lado por aí, caçando serviço e não tem arrumado não tenho arrumado.

Sérgio Paulo: — o que eles têm falado?

José Ribeiro: — Uns fala que tem seus empregado, outros fala que se tava com dois mandou um embora, porque a renda tá pouca. Outro fala: “eu tenho um serviço aí, mas se o ce for trabaiá pra mim, se nois combinar aí ce vai me esperar, ocê vai me dá lá uns trinta dia”... agora um cara igual tá eu... se eu trabaiá hoje eu tenho

---

<sup>68</sup> Jessi Amaral. Uberlândia. 11 de maio de 2004.



que quase pagar o comê de ontem, mais tenho que trabaiá com o dinheiro adiantado do que ser preciso fazê um serviço e ficar esperando trinta dia... se eu fô trabaiá e ficá esperando trinta dia eu não tenho situação... né?<sup>69</sup>

Jessi Amaral, Nádia Cândida e José Ribeiro estavam desempregados e demonstravam compreender o quanto não era fácil conseguir emprego morando em determinadas áreas da cidade, pois os “lojistas” não arrumavam parcerias e nem empregos para os periféricos. E as condições de vida impediam que alguns entrevistados, como José Ribeiro, pudessem iniciar e permanecer trabalhando durante um mês até receber o primeiro salário.

Para José Ribeiro, a dependência do programa Bolsa Escola, das doações de alimentos dos centros espíritas ou de entidades beneficentes parecia bastante consolidada, criando uma sensação de conformidade com os padrões e com as dificuldades trazidas pelas “faltas” do dia a dia.

Esta tendência de conformismo se distancia de outras narrativas, para quais as políticas públicas e os auxílios vindos de grupos diversos mantinham acesas as esperanças de um futuro melhor.

Nádia aparentava estar muito ansiosa para comprar alimentos, sapatos, televisão, geladeira, celular e coisas para “dentro de casa”, que não fossem drogas, bebidas ou cigarros<sup>70</sup>. A filha mais velha de Nádia, em um momento do diálogo, tomou a palavra e disse que se sentia doente, e que seu estado relacionava-se com uma necessidade de ganhar presentes e obter certos bens:

Nádia: — Ela tava com uma gripe forte, com dor de cabeça, passando mal...

Josy: — Falaram que tinha era sinusite forte... A gripe até melhorou mas a sinusite ainda não. Sinusite eu nem tenho direto, tem dia que

---

<sup>69</sup> José Ribeiro Filho. Uberlândia. 07 de maio de 2004.

<sup>70</sup> Nádia Cândida Cruz. Uberlândia. 10 de maio de 2004.

me dá febre. Eles falaram que eu tava de febre emocional.

Sérgio Paulo — Emocional? O que é febre emocional?

Josy: — Eu sou pobre... pra que ter esse trem? Febre emocional? Febre emocional é quando você quer alguma coisa assim... por exemplo: sua irmã ganhou alguma coisa aí você quer também, né, aí você dá uma febre emocional... [...] eu já sou sentimental [...]

Sérgio Paulo: — O que vocês acham do Bolsa-Escola assim?

Josy: — Eu acho que mudou muita coisa, né. Porque... antigamente a gente não tinha quase nada, aí o Bolsa-Escola já tá ajudando, nós tem calçado, tem muita roupa, tem muito calçado que a gente compra com o Bolsa- Escola, a gente dá pra casa, a gente paga água... paga energia também... a gente junta, e compra alguma coisa pra dentro de casa, né... assim... quando... quando sobra a gente coloca... a gente... a gente junta dinheiro. Aí... vai ajudando assim. Vai ajudando.

Sérgio Paulo: — E a escola, o que você está achando?

Josy: — A escola? Agora eu não tô estudando não, porque eu fiquei em dependência na oitava, né. Matemática. Aí eu fiquei em matemática, aí agora vou ter que fazer uma prova pra sair da dependência. Aí eu tenho que estudar só ano que vem. Aí ano que vem eu vou estudar, fazer o primeiro.<sup>71</sup>

Os bolsistas sonhavam com motos, carros, casas, geladeiras e ficavam doentes quando se imaginavam sem a capacidade de obter ou ganhar dos pais muitos daqueles objetos. A compreensão do consumo tem, nestes meandros, dois aspectos observáveis<sup>72</sup>. Ao que parece, os programas de distribuição de renda em Uberlândia tendiam a transformar a idéia de benefício em atividade de consumo, reorganizando e modificando os referenciais dos mais jovens; assim, a renda recebida do programa Bolsa-Escola passava a ser mais importante do que o desempenho escolar e os

---

<sup>71</sup> Josy Cândida Cruz, *idem*.

<sup>72</sup> Para uma discussão mais ampla da referência sobre o tema consumo, ver BEATRIZ, Sarlo. *Abundância e Pobreza*, in: *Cenas da Vida Pós-Moderna*. Intelectuais, Arte e Vídeo na Argentina. Editora UFRJ, RJ. 1997. pp. 13-52.

“valores” atribuídos à própria educação.

Um segundo aspecto dizia respeito às relações criadas entre os bolsistas e seus responsáveis; diferentemente da narrativa de Leni Moreira Nunes, registrada por Tacyana Arce<sup>73</sup>, Nádia e Jessi pareciam influenciadas pelas diretrizes colocadas pelos sonhos de consumo dos filhos.

José Ribeiro narrava comprar somente comida, não jogava e nem bebia com os recursos adquiridos, mas tinha problemas com a disciplina do filho mais novo. O deslocamento do valor atribuído à educação formal para o valor “econômico” do benefício, invertendo a ordem de prioridades, talvez venha criando mudanças nas formas “tradicionais” de educar as crianças e de lidar com os adolescentes.

Neste aspecto, a fala de Camila L. Coimbra sobre o que os pais mais desejavam como oficinas (“*saber sobre como educar os filhos*”)<sup>74</sup>, talvez signifique o consentimento para que valores colocados por ONGs, tal como a Reação, ajam sobre seus filhos, colocando sobre eles as culpas das violências e das diferenças sociais vivenciadas na cidade.

Os pais e familiares compartilhavam mais diretamente, naquele ano de 2004, a instabilidade de serem ou não aceitos no Renda Cidadã. Um programa que desvinculava a relação das crianças, ou jovens, com escolas, oficinas e reuniões.

Entretanto, relatos mostravam que muitos entrevistados tentavam, naquele período, adquirir a aposentadoria; um direito não ligado às novas relações entre pobreza, poder público e vida urbana.

A probabilidade de que conseguissem tal direito passava pela comprovação das condições de saúde que colocaram, em suas entrevistas, como impedimento para continuarem a trabalhar. Maria José Pereira, sogra de Ilma da Silva, avó de duas crianças beneficiárias da Bolsa-Escola, ex-cortadora de cana, lutava para

---

<sup>73</sup> ARCE, T. op. cit. 2001, p. 26

<sup>74</sup> Camila L. Coimbra. op. cit. 29 de março de 2006.

se aposentar por invalidez:

Sérgio Paulo: — E a senhora trabalhava em quê, sem carteira?

Maria José: — Pois é, trabalhei naquela usina de Ituiutaba também muito tempo, mas nunca foi de carteira assinada. Então... igual esses dias pra trás eu tava conversando com um rapaz que teve aqui... ele conversando com nós de arrumá negócio na prefeitura, tirar xerox, fazer isso, fazer aquilo... que ele vai ver se me aposenta. Ele me perguntou, eu peguei e falei pra ele: não, eu trabalhei na usina da Lagoa da Prata, trabalhei na usina açucareira perto de Itumbiara mas nunca foi de carteira assinada.

Sérgio Paulo: — E eles disseram que por isso não...

Maria José: — Não... ele virou pra mim e falou assim: a senhora num tem condições de tirar o... o xerox dos documentos da senhora, e fazer isso, fazer aquilo, é tanta coisa que tem que fazer... ir no médico. Eu já fui no médico duas vezes, já cansei de pedir atestado pro médico pra ver se eu aposento e eles falam pra mim que não dá. A médica do postinho foi uma delas que eu pedi ela o atestado e ela falou que num dava. Essa semana eu tava pensando de eu ir lá e mostrar pra ela a situação que eu tenho na barriga que aí ela vai ver, e falá pra ela pra ela fazer... mandar fazer exame no meu braço, mandar bater uma chapa, um raio X pra ela ver o problema que eu tenho nos braços, que eu num tô brincando, num é brincadeira não.<sup>75</sup>

De certo modo, as narrativas, ao abordarem o campo da aposentadoria, revelavam trajetórias vividas como trabalhadores, como categorias ou grupos sociais, mesmo sob o jugo particularizado das doenças, das infelicidades causadas por fraturas, caroços, infecções, entre outros.

Alessandro Portelli tem contribuído no campo das reflexões sobre os significados que podem ser atribuídos às “representatividades” apresentadas por narrativas que trazem construções

---

<sup>75</sup> Maria José Pereira. Uberlândia. 17 de abril de 2004.

textuais que se compartilham com expectativas e interpretações de outros sujeitos. Segundo o autor,

[...] no plano textual, a representatividade das fontes orais e das memórias se mede pela capacidade de abrir e delinear o campo das possibilidades expressivas. No plano dos conteúdos, mede-se não tanto pela reconstrução da experiência concreta, mas pelo delinear da esfera subjetiva da experiência imaginável: não tanto o que acontece materialmente com as pessoas, mas o que as pessoas sabem ou imaginam que *possa* suceder. E é o complexo horizonte das possibilidades o que constrói o âmbito de uma subjetividade socialmente compartilhada.<sup>76</sup>

Nos “horizontes de possibilidades” vividos por beneficiados, vinham à tona algumas circunstâncias. Entre elas, a busca de uma fonte de renda permanente recebida por intermédio de relações de trabalho, ou por direitos provenientes das relações de trabalho vivenciadas. Maria José Pereira narrava sobre os diversos lugares em que havia cortado cana sem documentação; as dores apresentadas interligavam-se, pela organização do enredo narrado, com os modos e relações de trabalho.

Visto que as doenças serviam para outras comprovações, seria esta uma narrativa representativa? José Ribeiro colocava o “couro preso”, o “golfo fechado”, os infartos dos membros próximos, os “caroços” no braço, entre outros, como uma justificativa para o recebimento de donativos e do recurso da Bolsa-Escola.

A narrativa de Nádia Cândida deixava entender que ela tinha a expectativa de se aposentar, por causa de sua pressão alta; e colocava esta circunstância em combinação aos anseios que tinha sobre a inviabilidade de se ter um comércio na região em que ela construía sua casa.

---

<sup>76</sup> PORTELLI, Alessandro. A filosofia e os fatos: narração, interpretação e significado nas memórias e nas fontes orais, *Revista do Departamento de História da Universidade Federal Fluminense*, Rio Janeiro, v. 1, n. 2, p. 70. 1996.

Nádia (falando sobre seu último emprego): — [...] Porque eu tava com problema de pressão alta e aí tomô remédio controlado pra pressão... aí a mulher que eu trabalhava falou que desse jeito não tinha como eu ficá trabaiano, né. Aí eu peguei e parei, ela pegou e me dispensou aí eu parei. Aí de vez em quando eu faço uma [...] assim, mas agora esses dias não tá saindo nada. [...]

Sérgio Paulo: — A senhora pensa em voltar a trabalhar com comércio, alguma coisa? Está construindo um comércio...

Nádia: — A gente tava querendo, né, mas só que... por causa da rua aqui... não tem movimento, né. Aí não tem como. Mas eles falou que ia fazer loteamento desse lado aqui. Se eles fazê loteamento daquele lado ali... aí diz que vai melhorar, né. Aí se melhorar a gente coloca uma coisa pra trabalhar, né. Porque a gente já pejejou pra ele aposentar e tudo, e não consegue, né, e eu tenho problema de pressão alta, então... tem vez que eu tô com a pressão alta... aí.. igual tô tomando remédio três vezes ao dia.<sup>77</sup>

As doenças conjugadas com narrativas sobre os recebimentos de benefícios, ou com a dificuldade de trabalhar, ou com a expectativa de conseguir aposentadoria não foram vistas pela pesquisa como farsas. Elas deram indícios de respostas e elaborações dadas às experiências vividas, às disputas por formas de viver na cidade e à apropriação do trabalho por grupos que intencionalmente pagavam muito pouco e que não permitiram garantias futuras aos trabalhadores.

Estes indícios, por um lado, mostravam uma tendência dos entrevistados em discutir relações e possibilidades de serem reconhecidos como trabalhadores. Porém, o que infligia aquelas pessoas eram as relações que vivam no presente. Em função das novas construções sobre a pobreza e os pobres na cidade de Uberlândia, os narradores mediarão as falas e se colocaram como pobres dispostos a se incluírem nas normas e no jogo dos programas sociais que estavam em vigência naquele ano de 2004.

---

<sup>77</sup> Nádia Cândida Cruz. Uberlândia. 10 de maio de 2004.

Neste sentido, a narrativa de Maria José é bastante representativa para historiadores comprometidos com a crítica do presente. Estes podem até entender que programas de distribuição de agasalhos, de dinheiro, de alimentos, entre outros, possam aliviar temporariamente o sofrimento de famílias que beiram o fim da sobrevivência. Mas não podem deixar no esquecimento o fato de que a existência de pobres e não-pobres deriva de realidades construídas por ações de homens e mulheres que se relacionam no enredo de condições materiais e históricas de existências.

Com isso, a denúncia da “degradação” da condição de vida de milhares de Uberlandenses (milhões de brasileiros) trabalhadores torna-se hoje o elemento histórico alternativo às práticas de assentimento das condições atuais de pobreza, e das políticas que “incluem” socialmente pelas dependências dos “de baixo”.

Nas palavras de Déa Fenelon,

Queremos pois fazer História com o compromisso social de dar visibilidade a outros sujeitos até aqui excluídos, para que possam recuperar seu lugar, de onde foram excluídos, reavivando suas lembranças e narrativas, por exemplo, consciente de que isto representa uma posição clara e assumida de concretizar uma maneira de fazer História, pois, só assim podemos reescrever outras histórias em que pessoas se reconheçam, uma História que lhes diga algo ou com a qual possa se identificar. [...] Aí está, pois, o nosso campo de atuação, como historiadores comprometidos no social, não apenas interessados em narrar e descobrir o acontecido no passado, mas buscar a transformação no presente e a construção de um futuro diferente do que temos hoje.<sup>78</sup>

---

<sup>78</sup> FENELON, Déa Ribeiro. História Social, pesquisa histórica e a formação do profissional de História. Seminário de pesquisa – CEDOC. Livro de resumos. Ilhéus: Editus, 2003. p. 24.